



102

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0131030-98.2009.8.17.,0001 (0241130-3)
COMARCA: RECIFE
VARA: 3ª CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADA: MALTIRIANA DA SILVA CAVALCANTI
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO SIMPLES TENTADO. APELO MINISTERIAL. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. APELAÇÃO PROVIDA. DECISÃO UNÂNIME.

- 1.** Presentes provas de autoria da apelada, através de depoimentos acordes e firmes conjugados ao flagrante e às circunstâncias da prisão, não há como se afastar a condenação.
- 2.** Não basta o valor ínfimo do objeto do furto para a configuração do princípio da insignificância, sendo necessárias outras condições do fato, inclusive a dosagem da utilidade do objeto subtraído.
- 3.** A capacidade econômica da vítima, por si só, não afasta a tipicidade da conduta empreendida pela Apelada. A punição imposta tem por finalidade impedir o cometimento de novos furtos pela agente, propensa a esta prática, devendo a acusada arcar com as consequências de sua prática criminoso, especialmente quando todas as demais condições são desfavoráveis à agente.
- 4.** APELO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação Criminal n. **0131030-98.2009.8.17.0001 (0241130-3)**, em que figura como Apelante o **Ministério Público do Estado de Pernambuco** e como Apelada **Maltiriana da Silva Cavalcanti**, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Criminal do Tribunal de



143

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em dar provimento ao apelo para condenar a Apelada à pena de 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, a ser cumprido inicialmente em regime semiaberto**, tudo de conformidade com o relatório, voto e ementa constantes das notas taquigráficas anexas, as quais, devidamente revistas e rubricadas, passam a integrar o presente aresto que está devidamente assinado.

Recife, 16, 09, 2014

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0131030-98.2009.8.17.,0001 (0241130-3)
COMARCA: RECIFE
VARA: 3ª CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADA: MALTIRIANA DA SILVA CAVALCANTI
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação criminal proposto pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, contra a decisão de fls. **99/100v** que, absolveu a acusada **Maltiriana da Silva Cavalcanti**, da imputação constante na ação penal nº 001.2009.131030-0, oriunda da Comarca em epígrafe.

Narra a denúncia que, em 16/08/2009, aproximadamente às 17:00h, "a denunciada adentrou na loja denominada "Livraria Cultura", localizada no Bairro do Recife, antigo, nesta cidade, de onde, dissimulando a condição de cliente, subtraiu três CDs, sendo 02 do cantor Bob Marley e 01 de Tiger, avaliados em R\$ 216,00, conforme auto de avaliação de fls. 13 dos autos".

Irresignada, a Representante Ministerial interpôs o presente apelo, alegando em suas razões de fls. **106/109**, em síntese, que o conjunto probatório evidencia a materialidade e autoria do delito, requerendo o provimento do recurso para condenar a acusada pela prática do delito previsto no artigo 155, *caput* c/c art. 14, inciso II¹ do CP.

¹ Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:
Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa

Art. 14 - Diz-se o crime

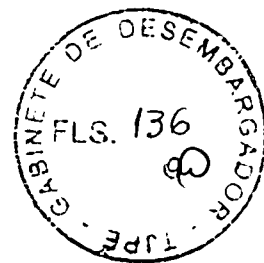
II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

Pena de tentativa

Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



À **fl. 111/115**, a Recorrida apresentou contra-razões onde requer a manutenção da decisão vergastada.

A Procuradoria de Justiça em matéria criminal, às **fls. 127/132**, opina pelo provimento do recurso ministerial.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 27/09/2011


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



144

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0131030-98.2009.8.17.,0001 (0241130-3)
COMARCA: RECIFE
VARA: 3ª CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADA: MALTIRIANA DA SILVA CAVALCANTI
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

A recorrida foi absolvida pelo MM. Juízo *a quo* sob o fundamento de que o delito praticado não merece resposta penal, pela atipicidade da imputação, aplicando-se o princípio da insignificância. Todavia, entendo que tal argumento não merece prosperar.

A materialidade do delito está comprovada através do Auto de Apreensão e Apresentação (fl. 17), Auto de Entrega de fl. 20 e Auto de Avaliação Indireta de fls. 19.

Os depoimentos na fase inquisitorial foram corroborados pelos prestados em juízo e apontam a autoria da apelada, vejamos:

A Condutora **Andrea Alves dos Montes** afirma tanto perante a autoridade policial (folha 07) quanto em juízo (folhas 88/89) que a apelada Maltiriana da Silva Cavalcanti foi apontada como autora do furto.

O policial militar **Fábio Júnior de Moraes** (fl. 89) afirmou que estava de serviço no dia do fato e foi chamado por funcionários da loja. Ali chegando, a acusada estava detida na livraria e se recusava a abrir sua bolsa, somente o fazendo com a chagada da polícia, oportunidade em que se constatou que existiam 03 (três) Cd's no seu interior.

Esclarecedor é o depoimento de **Erlan Paiva Resende** (fl. 89), ao assegurar que presenciou quando a acusada deixou o setor de CD's e se



149

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

dirigiu ao setor de exotéricos onde passou a retirar as etiquetas de segurança dos discos que havia subtraído. Informou que a Apelada só foi abordada fora das dependências da livraria, ocasião em que lhe foi dada voz de prisão e chamada a Polícia Militar. Por fim, declarou que após ser detida, a acusada ainda ameaçou se furar e contaminar o depoente com o sangue dela, afirmando que era soropositivo.

Com os depoimentos acordes e firmes conjugados ao flagrante e à circunstância deste, apreendendo os bens subtraídos, não há como se afastar de uma decisão condenatória.

Por outro lado, segundo a melhor doutrina e jurisprudência, para a configuração do chamado crime de bagatela não se leva em conta apenas o valor do bem material apropriado e a condição financeira da vítima, mas todo um conjunto de circunstâncias e condições, que na hipótese em exame não se mostraram preenchidas.

O renomado Jurista DAMÁSIO E. DE JESUS profere a seguinte lição acerca do tema:

"Princípio da insignificância. Ligado aos chamados 'crimes de bagatela' ('ou delitos de lesão mínima'), recomenda que o direito penal, pela adequação típica, somente intervenha nos casos de lesão jurídica de certa gravidade, reconhecendo a atipicidade do fato nas hipóteses de perturbações jurídicas mais leves (pequeníssima relevância material). Esse princípio tem sido adotado pela nossa jurisprudência nos casos de furto de objeto material insignificante (subtração de um pano de chão, sapatos usados de pouco valor, uma passagem de ônibus etc.); lesão insignificante ao Fisco; maus-tratos de importância mínima; descaminho e dano de pequena monta; lesão corporal de extrema singeleza etc" (JESUS, Damásio Evangelista de. Código Penal Anotado, 18ª ed. rev., São Paulo: Saraiva, 2007, p. 2).



146

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

In casu, além dos antecedentes desfavoráveis da Apelante, haja vista a condenação em outra ação penal por tráfico de drogas (**fl. 63**) e os bens furtados não serem de natureza essencial à subsistência, constituindo-se em objetos supérfluos, dados estes indicadores de que àquela é propensa à prática delitiva reiterada, tendo, inclusive, praticado o mesmo delito em 04 (quatro) outras oportunidades, contra o mesmo estabelecimento comercial, conforme confissão de fl. 11.

Outrossim, a *res furtiva* não possui valor irrisório, capaz de impor a aplicação do princípio da insignificância, porquanto correspondente a quase 50% do valor do salário mínimo vigente à época do fato. Além disso, em um país onde o rendimento mensal é de meio a 2 salários mínimos não se pode admitir que a quantia pertinente a R\$216,00 (duzentos e dezesseis reais) seja insignificante.

Ademais, a capacidade econômica da vítima, por si só, não afasta a tipicidade da conduta empreendida pela Apelante, quando todas as demais condições lhe são desfavoráveis, especialmente, porque a punição a ser imposta tem por finalidade impedir a prática de novos furtos por àquela, propensa a essa atitude, acautelando o meio social como um todo, não devendo ser considerado como irrelevante penal.

Por estas razões não há como prosperar a tese acolhida na sentença, quanto à existência de crime de bagatela, posto que a conduta realizada pela Apelada é relevante para a esfera jurídico-criminal, devendo ser julgada procedente a denúncia para condenar Maltiriana Silva Cavalcanti às penas do artigo 155, *caput* c/c art. 14, inciso II do CP.

Em atenção aos artigos 56 e 68 do CP passo a dosar a pena: a) a **culpabilidade** restou devidamente comprovada nos autos, sem necessidade de maiores apontamentos; b) os **antecedentes** da Apelada são maculados,



147

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

tendo em vista que já foi condenada em outra ação penal, inclusive com trânsito em julgado; c) a **conduta social** afigura-se reprovável, pois, conforme confessou, esta já era a quinta vez que subtraiu bens do mesmo estabelecimento comercial; d) a **personalidade** é censurável, pois voltada para a prática delitiva; e) os **motivos** são próprios do crime em questão; f) as **circunstâncias** nada de especial apresentam; g) Não há **consequência** do delito porque a vítima recuperou todos os bens; e h) o **comportamento** da vítima em nada contribuiu para a consumação do crime.

Ante tais considerações, deve a pena-base ser fixada em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, deixando de agravá-la em razão da reincidência porque tal circunstância já foi valorada na análise do artigo 59 do CP. Inexistem atenuantes e causas de aumento de pena. A sanção deve ser minorada em 1/3, uma vez que o delito foi tentado e a Recorrida percorreu todo o *iter criminis*, até o momento em que foi presa, chegando-se ao **quantum definitivo de 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão**, devendo ser cumprida em regime semiaberto, nos termos do § 3º do artigo 33 do CP, por se tratar de acusada reincidente.

Deve ainda a Apelada ser condenada ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa, fixados em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato.

A acusada não faz jus ao benefício da substituição da pena prevista no artigo 44 do CP, em razão das circunstâncias judiciais não lhe serem favoráveis, não preenchendo, portanto, os requisitos legais exigidos para tanto.

Por todas estas razões, **voto pelo provimento do presente apelo**, nos termos anteriormente consignados.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente Mandado de Prisão, Carta de Guia ao Juízo das Execuções, lance-se o nome da ré no rol de culpados, preencha e remeta-se o Boletim Individual Criminal ao Instituto Tavares Buril, comunique-se a condenação ao TRE para suspender os direitos políticos da sentenciada até o cumprimento ou extinção da pena, nos termos do artigo 15, inciso III da CF e oficie-se o juízo singular para que promova as anotações de praxe.

Recife, 16/09/2014

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

0025
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
P.B.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0131030-98.2009.8.17.0001 (0241130-3)
COMARCA : RECIFE – 3ª VARA CRIMINAL
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
APELADO : MALTIRIANA DA SILVA CAVALCANTI
RELATOR : DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR : DES. NIVALDO MULATINHO FILHO
PROCURADORA : DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

VOTO DO REVISOR

Trata-se de Recurso de Apelação interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL contra a decisão de fls. 99/100v, proferida pelo Juízo da 3ª Vara Criminal da Capital, que absolveu a Apelada MALTIRIANA DA SILVA CAVALCANTI, da acusação procedente da Ação Penal nº 001.2009.131030-0.

Narra a inicial de fls. 02/04, que no dia 16 de agosto de 2009, por volta das 17:00 horas, a Acusada entrou na “Livraria Cultura”, localizada no Recife Antigo, neste município, e através de dissimulação ao se passar por cliente, subtraiu 03 (três) CDs, avaliados em R\$ 216,00. Noticiam ainda os autos que a denunciada pegou os referidos produtos nas prateleiras, retirou os selos de segurança os colocou em sua bolsa e, sem efetuar o devido pagamento, saiu da loja, momento em que os seguranças que estavam monitorando a ação da Acusada a abordaram e apreenderam as mercadorias. Em seguida comunicaram o fato a policiais militares que a conduziram à Delegacia de Polícia. Adianta também que a Acusada tinha intenção de furtar os objetos, só não consumou o furto por circunstâncias alheias à sua vontade.

Em suas Razões de Apelação, compreendidas entre as fls. 106/109, a representante do Órgão Ministerial de 1º Grau assevera que o Princípio da Insignificância aplicado pelo Juízo “a quo” para absolver a Apelada do crime de furto, não pode ser aplicado no caso em exame, em face da reincidência da ora Acusada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



A Defesa apresentou as contrarrazões às fls. 111/115, justificando pelo não provimento da Apelação para que a decisão monocrática seja confirmada em todos os seus termos.

A douta Procuradoria de Justiça ofertou parecer às fls. 127/132, pugnando pelo provimento da presente Apelação.

Compulsando detalhadamente os autos, ressalto que os argumentos do Ministério Público merecem amparo legal, eis que a Apelada foi absolvida ante a evocação do Princípio da Insignificância. O Aludido princípio não poderia ter sido aplicado tendo em vista se tratar de caso de reincidência, de acordo com a Certidão de Antecedentes Criminais anexada aos autos à fl. 63, devendo, portanto, ser observada a vida pregressa da ora Acusada.

A materialidade delitiva restou demonstrada por meio dos Autos de Apreensão e Apresentação de fl. 17, de Entrega de fl. 20 e Avaliação Indireta de fl. 19.

Observa-se inicialmente que a autoria criminosa restou cabalmente comprovada através dos depoimentos irrefutáveis do representante da vítima, no caso a "Livraria Cultura", e das demais provas colhidas no feito.

Senão vejamos.

A prova concreta que aponta a participação da Apelada, no delito em questão, foi extraída dos depoimentos da testemunha Erlan Paiva Resende de fls. 89, funcionário do referido estabelecimento comercial, que passarei a transcrever a seguir:

"...que presenciou quando a denunciada deixou o setor de CDs e se dirigiu ao setor de exotéricos onde passou a retirar as etiquetas de segurança dos discos que havia subtraído; que a denunciada foi abordada fora da livraria, recebeu voz de prisão e a polícia militar foi chamada... que a acusada ameaçou se furar pra contaminar o depoente com o sangue dela acusada, dizendo ser soro positivo; que a acusada praticou tal fato depois de estar detida; ...que a acusada tirou as etiquetas e tentou sair da loja, sendo detida, o que durou aproximadamente dois minutos".

Outro depoimento de relevância probatória acerca da autoria do crime foi prestado em sede policial, à fl. 40, pela condutora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



Andréia Alves dos Montes, que deu voz de prisão em flagrante delito a Ré, no momento em que foi acionada pelo representante do referido estabelecimento. Asseverou em suas declarações que ao chegar ao local do evento já encontrou a Acusada detida após a prática do furto, de posse de uma bolsa preta, e em seu interior foram encontrados 03 (três) CDs de músicas, que totalizava o valor de R\$ 216,00 (duzentos e dezesseis reais).

O policial Fábio Júnior de Moraes, o qual foi acionado pelos funcionários da livraria/vítima, corroborou com as testemunhas acima citadas, ao confirmar à fl. 89, que ao chegar à localidade citada, encontrou a Acusada detida, se negando a abrir a bolsa, só o fazendo na presença da polícia, instante em que se constatou que a *res furtiva* se encontrava em seu interior.

Com se vê, entendo que o conjunto de provas acostado ao feito não deixa dúvidas quanto à ocorrência da tipicidade da infração penal, o que impõe a condenação da Apelada MALTIRIANA DA SILVA CAVALCANTI.

Percebo também que, apesar do valor dos bens subtraídos serem de pequena monta, é inaplicável ao caso em tela o Princípio da Insignificância ou a Teoria da Bagatela. Isto porque a norma penal combate o desvalor da conduta, na intenção de reduzir a reiteração de pequenos delitos, que dissolvem ainda mais a pouca consistência dos freios éticos do delinquente.

Ademais, para que o princípio da insignificância seja aplicado, o entendimento dos tribunais superiores, é que, além dos aspectos objetivos, ou seja, o valor do bem subtraído e a condição financeira do agente, exige-se também que não se trate de criminoso habitual, que engloba o requisito subjetivo, o que não está preenchido no caso em análise.

Segundo entendimento doutrinário o princípio da insignificância tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, ou seja, não considera o ato praticado como um crime, por isso, sua aplicação resulta na absolvição do réu e não apenas na diminuição e substituição da pena.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



No entanto, o STF orienta que, para a configuração do delito de bagatela, devem estar presentes ao fato, de forma concomitante, certos requisitos, tais como, conduta minimamente ofensiva, a ausência de periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e lesão jurídica inexpressiva, que, em certos aspectos, não é o caso dos presentes autos.

In casu, percebe-se que a análise das circunstâncias judiciais não é favorável a ora Apelada, eis que, segundo ela em seu depoimento de fl. 11, já havia praticado outros tantos delitos de furto contra o mesmo estabelecimento, bem como, já havia sido condenada pelo delito de tráfico, conforme informação da SDS, cuja decisão transitou em julgado em 08/07/2005, o que demonstra personalidade voltada para o crime e desapego ao ordenamento jurídico.

Além do mais, entendo que o valor dos bens móveis furtados não se trata de valor insignificante, haja vista que, na época do fato, R\$ 216,00 (duzentos e dezesseis reais) não era um valor tão ínfimo, o que desaconselha a aplicação do princípio.

Ressalte-se igualmente que a condição de pobreza da Ré, por si só, não tem o condão de desconsiderar a tipicidade da sua conduta ilegal, até porque se a ora Acusada não for punida, já que é propensa à prática de pequenos furtos, certamente voltaria a delinquir em delitos da mesma natureza, entre outros.

Diante dessas considerações, entendo como inviável a aplicação do Princípio da Insignificância, e julgo procedente a denúncia para condenar a Acusada MALTIRIANA SILVA CAVALCANTI, como infratora do art. 155, caput, c/c o artigo 14, inciso II, do Código Penal.

Passo à dosimetria da pena, atendendo ao disposto no art. 68 do Código Penal, estabelecendo a individualização da reprimenda com intuito de ressocializar e reprimir a prática de crimes por parte da Ré.

Ao analisar as diretrizes judiciais previstas no art. 59, do CP, observo que milita contra a Apelada MALTIRIANA SILVA CAVALCANTI, quase a totalidade das circunstâncias, quais sejam; a **culpabilidade**, visto que tinha ciência total da ilicitude de seus atos;

Mrba/.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



as **circunstâncias** do delito não lhes são favoráveis, quando adentrou em um estabelecimento comercial se fingindo de cliente para subtrair bens móveis alheios; **antecedentes** são infamados pois já havia sido condenada com trânsito em julgado em outra ação penal; a **personalidade** possui característica incompatível com meio social, em face de viver da prática de pequenos delitos; o **motivo** do crime é próprio do tipo penal; a **conduta social** também é censurável pelos mesmos motivos já acima citados; e as **consequências** do delito não lhes foram desfavoráveis, pois os bens subtraídos, mesmo que não tenha sido espontâneo por parte da Acusada, mas foram devolvidos a sua proprietária.

Em sendo assim, fixo a pena-base em **02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão**. Na segunda fase deixo de majorar a pena em razão da reincidência haja vista já ter sido considerada na fixação da pena, e em seguida a diminuo em **1/3 (um terço)** em face da modalidade tentada do crime, totalizando uma sanção de **01 (um) ano e 08 (oito) meses**, pena que deverá **tornar-se definitiva** ante a ausência de causas de diminuição e aumento da pena.

Condeno igualmente a Acusada ao pagamento da pena pecuniária referente a **20 (vinte) dias-multa**, estabelecidos em **1/3 (um trigésimo)** do salário mínimo em vigor na época do fato.

Para o cumprimento da pena estabeleço o regime **semiaberto**, com previsão do art. 33, § 3º, do Código Penal, tendo em vista a reincidência da Apelada.

As circunstâncias judiciais pertinentes a Acusada não autorizam a substituição da pena como prevê o art. 44, do Código Penal, uma vez que as circunstâncias judiciais do caso não se amoldam às previsões legais para a concessão de tal benesse.

Diante do exposto, voto **pelo provimento do presente Recurso Ministerial**, nos termos acima fixados.

Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente Mandado de Prisão, devendo ser lançado o nome da condenada no rol dos culpados, Carta de Guia ao Juízo das Execuções Penais, bem como comunicar a suspensão dos direitos políticos da condenada à Justiça Eleitoral com previsão do art. 15, III, da Constituição Federal e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



oficie-se ao Juízo de origem para que se requeiram as anotações de costume.

É como voto.

Recife, 16 de setembro de 2014
Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor